

DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Carta-Contrato nº 2005/044.1
Ref.: Processo nº 104.301/05

Brasília-DF, 05 de maio de 2006.

À
SAPRA LANDAUER Serviço de Assessoria e Proteção Radiológica Ltda.
CNPJ nº 50.429.810/0001-36

Comunicamos ter sido autorizada a celebração de aditivo à Carta-Contrato de número inicial 2005/044.0, firmada com essa empresa daqui por diante denominada CONTRATADA, para a prestação de serviços de dosimetria para 20 (vinte) monitores e concessão de direito de uso de porta dosímetros, pelo período de 12 (doze) meses, a serem utilizados na Clínica Radiológica do Departamento Médico da Câmara dos Deputados, daqui por diante denominada CONTRATANTE, em Brasília/DF, conforme as exigências e demais condições e especificações constantes da proposta dessa empresa, datada de 01/03/05, daqui por diante denominada PROPOSTA e do processo em epígrafe.

Em consequência, fica a avença formalizada pela presente Carta-Contrato, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 21/06/93, e alterações posteriores, doravante denominada simplesmente LEI, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa nº 80, de 07/06/01, publicado no D.O.U. de 05/07/01, daqui por diante denominado simplesmente REGULAMENTO, observadas as condições a seguir.

O presente aditivo decorre da prorrogação da vigência contratual pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 07/05/06, com amparo no inciso II do artigo 57 da LEI, c/c o inciso II do artigo 105 do REGULAMENTO.

A Carta-Contrato ora aditada, com sua numeração alterada para 2005/044.1, passa a vigorar com sua redação modificada nas seguintes cláusulas:

“

4. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$2.280,00 (dois mil, duzentos e oitenta reais).

5. VALOR MENSAL DO CONTRATO: R\$190,00 (cento e noventa reais).

.....

8. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- Programa de Trabalho:
01.301.0553.2004.0001 – Processo Legislativo Nacional
- Natureza da Despesa:
3.0.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 – Aplicações Diretas
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

9. NOTA DE EMPENHO: 2006NE000558.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Constituem obrigações da CONTRATADA as previstas neste instrumento, além de outras que vierem a ser estabelecidas em caráter complementar pelo órgão fiscalizador, desde que se façam necessárias para manter o integral cumprimento do objeto contratual:

10.1 Todas as obrigações trabalhistas, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos na presente Carta-Contrato;

10.2 A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como co-Reclamada;

10.3 A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação;

10.3.1 A CONTRATADA fica obrigada a apresentar, sempre que expire o prazo de validade, a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND), o Certificado de Regularidade do FGTS

(CRF), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

10.4 Os monitores serão entregues à CÂMARA em até vinte e oito dias, a contar da data de assinatura da presente Carta-Contrato;

10.5. A CONTRATADA na qualidade de entidade licenciada pela CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear – para executar Serviços de Assessoria e Monitoração Pessoal, proprietária dos Porta Dosímetros, acompanhados dos respectivos Dosímetros, com todos os dados que os identificam como pertencentes à CONTRATADA, doravante designados MONITORES, cede à CÂMARA o direito de uso de tais bens, e, compromete-se à fornecer relatórios técnicos comprovando a dose de radiação registrada em cada monitor, serviço esse que será feito mensalmente, mediante as condições adiante estabelecidas;

10.6 A CONTRATADA compromete-se a fornecer Relatórios Técnicos, mensais, das doses recebidas, durante a vigência do contrato;

10.7 O material será entregue à CONTRATANTE pelo Serviço Postal Registrado ou Sedex;

10.8 No caso de remessa feita pelo serviço postal ou transportadora, a responsabilidade da CONTRATADA cessa no instante que o material é entregue ao correio e/ou à companhia transportadora, da mesma forma para a CONTRATANTE, cuja postagem deve ser feita pelo SEDEX;

10.9 A CONTRATADA se exime de qualquer responsabilidade ou obrigação decorrente de prejuízos causados à CONTRATANTE, ou seus prepostos, originados pela não utilização dos monitores ou sua utilização inadequada.

.....

13. VIGÊNCIA CONTRATUAL: De 07/05/06 a 06/05/07.

.....”

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições vigentes que não tenham sido expressamente modificadas por este Aditivo.

Assim, encaminhamos a presente Carta-Contrato que, assinada pelas partes, formalizará o acordo celebrado, conferindo-lhe força contratual no período de vigência acima referido, com observância das condições contidas neste instrumento, no processo em referência e na PROPOSTA.

Brasília-DF, 05 de maio de 2006.

Pela CONTRATANTE:

Eugênio de Borba Amaro
Diretor do DEMAP

Pela CONTRATADA:

Ivone Maria Mascarenhas Hornos
Diretora-Presidente
CPF nº 019.906.318-43

Paulo Roberto Mascarenhas
Diretor
CPF nº 109.156.548-14

CS/CCont

ANEXO ÚNICO

PENALIDADES

TABELA DE MULTAS

1. Ocorrendo atraso injustificado ou com justificativa não aceita pela Câmara dos Deputados na prestação dos serviços objeto deste instrumento, à CONTRATADA será imposta multa cumulativa calculada sobre o valor total do contrato, de acordo com a seguinte tabela:

DIAS DE ATRASO	PERCENTUAL DIA (%)	PERCENTUAL MULTA (%)
1° ao 10° dia	0,1	0,1 a 1,0
11° ao 20° dia	0,2	1,2 a 3,0
21° ao 30° dia	0,3	3,3 a 6,0
31° ao 40° dia	0,4	6,4 a 10
41° ao ...	1,0	10

2. O valor das multas aplicadas à CONTRATADA será descontado dos pagamentos devidos pela Câmara dos Deputados ou recolhido pela CONTRATADA à Coordenação de Movimentação financeira, dentro de cinco dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou, ainda, cobrado na forma da legislação em vigor, independentemente da sua transcrição.